

Apenas em caso de devolução desta correspondência
remeter para:
Apartado 8291
EC CABO RUIVO
1803-001 LISBOA

Injunção .º 13094/14.2YIPRT

Balcão Nacional de Injunções

Contactos directos:
Campo Mártires da Pátria Palácio da Justiça
4099-012 Porto
Telef.: 220949310 a 19 Fax: 220949505 NIF:
600083551 Email: porto.bni@tribunais.org.pt

Registo CTT: RN541674558PT

Exmo. Senhor
Alcino Monteiro- Comércio de Automóveis, Lda
Rua S. Vicente N° 680
Alfena
4445-210 ALFENA PORTO

Registado com A.R.

NOTIFICAÇÃO

Injunção nº: 13094/14.2YIPRT	Refª: 600 165 633 251	Data: 11-02-2014
Requerente(s): Correia & Correia, Lda Morada: Zona Industrial da Sertã, Lote 45, 6100-711 SERTÃ		
Mandatário(s): Gabriel Sobral Dias (Tel: 222432909) Morada: Rua Gonçalo Cristóvão 13 - 6º Esq, 4000-267 PORTO		
Requerido(s): Alcino Monteiro- Comércio de Automóveis, Lda		

Assunto: Notificação para pagamento ou oposição.

O requerente acima identificado apresentou no Balcão Nacional de Injunções um requerimento de injunção, onde Vª. Ex.ª figura como requerido (devedor), solicitando que lhe seja pago o montante de €869.29, correspondente à quantia pedida, acrescida da taxa de justiça por ele paga, conforme discriminação e causa a seguir indicadas:

Capital: 461.15 Juros de mora: 257.14 à taxa de: 0.00% desde
até à presente data; Outras quantias: 100.00 Taxa de Justiça paga: 51.00
Contrato de: Fornecimento de bens ou serviços
Data do contrato: 09-06-2005 Período a que se refere: 09-06-2005 a 28-02-2009
Exposição dos factos que fundamentam a pretensão:

No âmbito dos serviços das relações comerciais contratualizadas entre a Requerente e a Requerida - gestão de resíduos - a Requerente emitiu as facturas vencidas e não reclamadas que infra se descrevem, tendo enviado as mesmas à Requerida:

Factura nº 19648 emitida em 09-06-2005 no valor de 77, 35 € + juros entre 09-07-2005 e 15-01-2014 (3, 38 € (176 dias a 9, 05%) + 3, 55 € (181 dias a 9, 25%) + 3, 83 € (184 dias a 9, 83%) + 4, 06 € (181 dias a 10, 58%) + 4, 32 € (184 dias a 11, 07%) + 4, 32 € (182 dias a 11, 20%) + 4, 32 € (184 dias a 11, 07%) + 3, 64 € (181 dias a 9, 50%) + 3, 12 € (184 dias a 8, 00%) + 3, 07 € (181 dias a 8, 00%) + 3, 12 € (184 dias a 8, 00%) + 3, 07 € (181 dias a 8, 00%) + 3, 22 € (184 dias a 8, 25%) + 3, 09 € (182 dias a 8, 00%) + 3, 12 € (184 dias a 8, 00%) + 2, 97 € (181 dias a 7, 75%) + 2, 92 € (184 dias a 7, 50%))

Factura nº 26164 emitida em 04-09-2006 no valor de 78, 65 € + juros entre 04-10-2006 e 15-01-2014 (1, 89 € (89 dias a 9, 83%) + 4, 13 € (181 dias a 10, 58%) + 4, 39 € (184 dias a 11, 07%) + 4, 39 € (182 dias a 11, 20%) + 4, 39 € (184 dias a 11, 07%) + 3, 71 € (181 dias a 9, 50%) + 3, 17 € (184 dias a 8, 00%) + 3, 12 € (181 dias a 8, 00%) + 3, 17 € (184 dias a 8, 00%) + 3, 12 € (181 dias a 8, 00%) + 3, 27 € (184 dias a 8, 25%) + 3, 14 € (182 dias a 8, 00%) + 3, 17 € (184 dias a 8, 00%) + 3, 02 € (181 dias a 7,

75%) + 2, 97 €(184 dias a 7, 50%))

Factura nº 33026 emitida em 13-08-2007 no valor de 124, 02 € + juros entre 12-09-2007 e 15-01-2014 (4, 18 €(111 dias a 11, 07%) + 6, 93 €(182 dias a 11, 20%) + 6, 92 €(184 dias a 11, 07%) + 5, 84 €(181 dias a 9, 50%) + 5, 00 €(184 dias a 8, 00%) + 4, 92 €(181 dias a 8, 00%) + 5, 00 €(184 dias a 8, 00%) + 4, 92 €(181 dias a 8, 00%) + 5, 16 €(184 dias a 8, 25%) + 4, 95 €(182 dias a 8, 00%) + 5, 00 €(184 dias a 8, 00%) + 4, 77 €(181 dias a 7, 75%) + 4, 69 €(184 dias a 7, 50%))

Factura nº 39319 emitida em 19-05-2008 no valor de 107, 63 € + juros entre 18-06-2008 e 15-01-2014 (0, 43 €(13 dias a 11, 20%) + 6, 01 €(184 dias a 11, 07%) + 5, 07 €(181 dias a 9, 50%) + 4, 34 €(184 dias a 8, 00%) + 4, 27 €(181 dias a 8, 00%) + 4, 34 €(184 dias a 8, 00%) + 4, 27 €(181 dias a 8, 00%) + 4, 48 €(184 dias a 8, 25%) + 4, 29 €(182 dias a 8, 00%) + 4, 34 €(184 dias a 8, 00%) + 4, 14 €(181 dias a 7, 75%) + 4, 07 €(184 dias a 7, 50%))

Factura nº 46439 emitida em 29-01-2009 no valor de 73, 50 € + juros entre 28-02-2009 e 15-01-2014 (2, 35 €(123 dias a 9, 50%) + 2, 96 €(184 dias a 8, 00%) + 2, 92 €(181 dias a 8, 00%) + 2, 96 €(184 dias a 8, 00%) + 2, 92 €(181 dias a 8, 00%) + 3, 06 €(184 dias a 8, 25%) + 2, 93 €(182 dias a 8, 00%) + 2, 96 €(184 dias a 8, 00%) + 2, 82 €(181 dias a 7, 75%) + 2, 78 €(184 dias a 7, 50%))

Não obstante as sucessivas interpelações para o pagamento das referidas facturas, constata-se que a mesma continua devedora à Requerente da quantia global de 461, 15 €, a título de capital em dívida, sem prejuízo dos juros de mora devidos desde o vencimento daquela que, na presente data, representam a quantia de 257, 14 €.

Em suma, a Requerida deve à Requerente as seguintes quantias:

Capital Inicial: 461, 15 €

Total de Juro: 257, 14 €

Capital Acumulado: 718, 29 €

A quantia de 100, 00 € indicada em "Outras Quantias", acrescida ao capital acumulado, refere-se à indemnização prevista no n.º 3 do art. 4.º do Decreto-Lei n.º 32/2003, de 17 de Fevereiro.

Fica, pois, por este meio notificado de que tem o prazo de 15 dias* para:

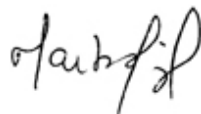
- a) Pagar** ao requerente o montante por este solicitado; ou
- b) Deduzir oposição a essa pretensão, caso em que o Balcão Nacional de Injunções remeterá os autos à distribuição no tribunal competente.

Faz-se notar, no entanto, que a dedução de oposição cuja falta de fundamento não deva ser ignorada por si determina a condenação - na sentença que vier a ser proferida na acção declarativa que se lhe seguir - em multa de valor igual ao dobro da taxa de justiça devida nessa acção.

Findo o referido prazo de 15 dias sem que tenha efectuado o pagamento do montante acima indicado ou deduzido oposição:

- a) Será aposta fórmula executória no requerimento de injunção, tendo o requerente a faculdade de intentar contra si acção executiva; e
- b) Passa ainda a dever juros de mora à taxa legal desde a data da apresentação do requerimento de injunção e juros à taxa de 5% ao ano a contar da data da oposição da fórmula executória.

O Secretária de Justiça



(Maria Marta Miguel)

* - O prazo acima indicado corre continuamente a partir da data da assinatura do aviso de recepção, suspendendo-se, no entanto, durante as férias judiciais, que decorrem de 22 de Dezembro a 3 de Janeiro, do domingo de Ramos à segunda-feira de Páscoa e de 16 de Julho a 31 de Agosto. Se o prazo terminar em dia em que os tribunais estiverem encerrados, o seu termo transfere-se para o primeiro dia útil seguinte. ** - QUERENDO EFECTUAR O PAGAMENTO, DEVERÁ FAZÊ-LO AO REQUERENTE.